

















































































































humanos que esses seres humanos mais vulneráveis perdem dignidade em relação a estes, ao contrário do que sustenta o filósofo Peter Singer.

Podemos identificar já implicações deste princípio, muito concretas, em relação ao aborto (o embrião e o feto são os «*mais pobres dos pobres*» – dizia Teresa de Calcutá), ao aborto motivado pela deficiência do feto<sup>2</sup>, ou à eutanásia (a vida não perde dignidade com a doença, por muito grave que ela seja).

Não reduzir a pessoa a objeto é o que leva à rejeição da legalização da chamada “maternidade de substituição” (já aprovada entre nós em algumas situações), ou da legalização da prostituição (cuja proposta também já foi anunciada). Nestes casos, pode dizer-se que a pessoa e o seu corpo (considerando que a pessoa é um corpo, não *tem* um corpo) é reduzida a objeto de um contrato.

A pessoa humana é dotada de uma dignidade que a distingue das outras espécies animais. Também este é um princípio que já deixou de ser indiscutível: há quem rejeite a dignidade superior da espécie humana.

Sobre esta questão, vem a propósito recordar o que afirma o Papa Francisco na encíclica *Laudato Si*.

Há que reconhecer o valor próprio de cada criatura, que, cada qual a seu modo, reflete sempre a «*uma centelha da sabedoria e da bondade infinitas de Deus*» (n. 69), porque «*todo o universo material é uma linguagem do amor de Deus, do seu carinho sem medida por nós*» (n. 84). O Papa denuncia a incoerência de quem pretende proteger outras espécies e não o faz com tanto vigor quando está em causa a espécie humana, incluindo na sua fase embrionária (n. 90, n. 91 e n. 120); mas não contrapõe a proteção do ser humano e a proteção de outras espécies animais: «*a indiferença ou a crueldade com as outras criaturas deste mundo sempre acabam de alguma forma por repercutir-se no tratamento que reservamos aos outros seres humanos. O coração é um só, e a própria miséria que leva a maltratar um animal não tarda a manifestar-se na relação com as outras pessoas*» (n. 92).

Daí não deriva, porém, o esquecimento da especificidade da posição do ser humano na ordem da criação, como se fôssemos «*todos iguais, todos animais*»:

---

<sup>2</sup> Recentemente, a proibição, em França, da exibição televisiva do *spot Chère future maman*, que mostrava a felicidade de crianças e jovens com trissomia 21, veio chamar a atenção para o facto de a deteção desta deficiência conduzir ao aborto em mais de noventa por cento dos casos.

«A Bíblia ensina que cada ser humano é criado por amor, feito à imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1, 26). Esta afirmação mostra-nos a imensa dignidade de cada pessoa humana, que “não é somente alguma coisa, mas alguém. É capaz de se conhecer, de se possuir e de livremente se dar e entrar em comunhão com outras pessoas”. São João Paulo II recordou que o amor muito especial que o Criador tem por cada ser humano “confere-lhe uma dignidade infinita”. Todos aqueles que estão empenhados na defesa da dignidade das pessoas podem encontrar, na fé cristã, as razões mais profundas para tal compromisso. Como é maravilhosa a certeza de que a vida de cada pessoa não se perde num caos desesperador, num mundo regido pelo puro acaso ou por ciclos que se repetem sem sentido! O Criador pode dizer a cada um de nós: “Antes de te haver formado no ventre materno, Eu já te conhecia” (Jr 1, 5). Fomos concebidos no coração de Deus e, por isso, “cada um de nós é o fruto de um pensamento de Deus. Cada um de nós é querido, cada um de nós é amado, cada um é necessário”» (n. 65)

As implicações do princípio da centralidade da pessoa humana estendem-se a outros campos, e também ao da economia. O Papa Francisco tem acentuado este princípio com insistência: a economia, a empresa, os mercados, devem estar ao serviço das pessoas, e não o contrário. As suas críticas vigorosas àquela a que ele chama “*economia que mata*”, e à “*autonomia absoluta dos mercados*” tem-lhe valido acusações de “*marxismo*”. Mas são acusações injustas, precisamente porque o princípio da centralidade da pessoa é estranho ao coletivismo marxista (capaz de sacrificar a pessoas ao coletivo).

Podemos descobrir facilmente implicações deste princípio da centralidade da pessoa no âmbito da economia. E implicações relativas também a muitas questões que estão na ordem do dia. Também para elas vale o título desta minha comunicação: *O que nos diz hoje a doutrina social da Igreja*.

A busca do lucro não é, em si mesma, ilegítima. Mas já o será se essa busca conduzir ao sacrifício de direitos fundamentais da pessoa do trabalhador.

Como encarar, por exemplo, a questão dos despedimentos? Pode um despedimento, individual ou coletivo, ser exigido pela necessidade de evitar, a curto ou longo prazo, a insolvência da empresa. Nesse caso, será legítimo como uma forma de salvaguardar ainda postos de trabalho na me-

dida do possível. Mas já não o será se (como já tem sucedido com grandes empresas multinacionais) a empresa tem lucros e pretende, com os despedimentos, aumentar esses lucros (com a valorização das suas ações). Neste caso, é claro que esta decisão da empresa não está ao serviço da pessoa humana, está ao serviço da busca do lucro, a este se sacrifica a pessoa.

Quando se afirma a vantagem de reforçar a competitividade das empresas portuguesas através de uma política de baixos salários, também não se tem presente o princípio da centralidade da pessoa na economia. Se a competitividade das empresas não traz benefícios às pessoas que nela trabalham e que deveriam ser o seu centro e razão de ser, de pouco ou nada serve.

A vida económica caracteriza-se por um cada vez maior dinamismo, e daí a vantagem de uma cada vez maior flexibilidade das relações laborais. Mas se essa flexibilidade se traduz numa precariedade que impede aquele mínimo de estabilidade necessário à constituição de família, geração e educação dos filhos, já estamos a subordinar as exigências básicas da realização pessoal às exigências da vida económica, quando, à luz do princípio da centralidade da pessoa, deveria verificar-se precisamente o contrário<sup>3</sup>.

### **A família, célula vital da sociedade**

A pessoa humana, que deve ser o «*princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais*», não é o indivíduo isolado; ela realiza-se na comunhão com Deus e com as outras pessoas. É criada à imagem e semelhança de um Deus uno e trino, de um Deus que é comunhão de pessoas.

A vocação comunitária da pessoa é vivida, antes de mais, na família, como núcleo social fundamental. O *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, depois de enunciar os princípios dessa doutrina, logo a seguir, dedica um capítulo à família como «*célula vital da sociedade*».

Na recente exortação apostólica *Amoris laetitia* (n. 52), o Papa Francisco salienta deste modo o papel social da família:

---

<sup>3</sup> Afirma, a este respeito, o Papa Bento XVI, na encíclica *Caritas in veritate* (n. 25): «*A mobilidade laboral, associada à generalizada desregulamentação, constitui um fenómeno importante, não desprovido de aspectos positivos porque capaz de estimular a produção de nova riqueza e o intercâmbio entre culturas diversas. Todavia, quando se torna endémica a incerteza sobre as condições de trabalho, resultante dos processos de mobilidade e desregulamentação, geram-se formas de instabilidade psicológica, com dificuldade de construir percursos coerentes na própria vida, incluindo o percurso rumo ao matrimónio.*».

*«Ninguém pode pensar que o enfraquecimento da família como sociedade natural fundada no matrimónio seja algo que beneficia a sociedade. Antes pelo contrário, prejudica o amadurecimento das pessoas, o cultivo dos valores comunitários e o desenvolvimento ético das cidades e das aldeias. Já não se adverte claramente que só a união exclusiva e indissolúvel entre um homem e uma mulher realiza uma função social plena, por ser um compromisso estável e tornar possível a fecundidade. Devemos reconhecer a grande variedade de situações familiares que podem fornecer uma certa regra de vida, mas as uniões de facto ou entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, não podem ser simplistamente equiparadas ao matrimónio. Nenhuma união precária ou fechada à transmissão da vida garante o futuro da sociedade. E, todavia, quem se preocupa hoje com fortalecer os cônjuges, ajudá-los a superar os riscos que os ameaçam, acompanhá-los no seu papel educativo, incentivar a estabilidade da união conjugal?».*

Devemos, assim, considerar a família como um bem público, um bem social. Podermos encarar a família na perspectiva do seu relevo privado, como um bem para a realização pessoal (no plano afetivo, espiritual ou outros) de cada um dos seus membros, de cada um de nós. Mas devemos também encará-la na perspectiva do seu relevo social, no bem que representa para a sociedade no seu todo. Afirma o sociólogo da família italiano Pierpaolo Donati que *«a família é a fonte vital das sociedades mais portadoras de futuro»*, pois é *«da família que provem o capital humano, espiritual e social primário de uma sociedade»*. Podemos dizer também, nesta linha, que a saúde e coesão de uma sociedade dependem da saúde e coesão da família.

Esta ideia ajuda-nos a compreender, entre muitas outras coisas, o essencial do que está em jogo na discussão sobre a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Porque a questão da regulação jurídica do casamento tem a ver com o relevo e a função social da família, há que verificar se são os mesmos o relevo e a função social de uma união entre um homem e uma mulher, por um lado, e o relevo e a função social de uma união entre pessoas do mesmo sexo. A diferença de tratamento entre uma e outra dessas uniões justifica-se pela diferença desse relevo e dessa função social. Não se trata de discriminar pessoas em função da sua orientação sexual. Não se trata de negar o direito à felicidade pessoal de ninguém. Não se trata de regular afectos. «O Estado não tem que dizer quem ama quem»- ouviu-se dizer aos partidários da legalização do casamento homossexual. É verda-

de, mas o que está em causa não é isso. Não está em causa o relevo privado, o apoio afetivo que a família pode representar. Trata-se do reconhecimento social e jurídico da primeira e mais básica das instituições sociais.

Vem a propósito referir como é da família, da sua saúde e coesão, que dependerá a saída para a mais grave crise social com que se deparam hoje as sociedades europeias (e, cada vez mais, também outras sociedades): a crise demográfica, uma crise sem paralelo na História, porque normalmente as crises demográficas decorriam de guerras ou períodos de graves carência, que hoje não se verificam.

Por muito generosas e adequadas que sejam as medidas económicas e sociais de promoção da natalidade, elas não serão suficientes. Essa chave situa-se no plano da cultura e da mentalidade. O Papa Bento XVI na encíclica *Caritas in Veritate* (n. 44) fala, a este respeito, em «cansaço moral» e «falta de confiança no futuro» como causas da crise da natalidade. Há que acreditar na família como um projecto duradouro, assente num compromisso de doação total, não na volatilidade dos sentimentos. Só nesse contexto é razoável a decisão de ter filhos. A legislação vigente, que facilita em extremo o divórcio e faz do casamento o mais instável dos contratos, veicula uma mensagem cultural de sinal contrário. Há que contrariar esta e outras mensagens deste tipo. Também neste aspeto, da saúde e da coesão da família depende a saúde e coesão da sociedade<sup>4</sup>.

## O princípio do bem comum e o princípio da solidariedade

O princípio do bem comum é um dos princípios fundamentais da doutrina social da Igreja, que a *Gaudium et Spes* também associa à natureza e ao fim da comunidade política. Nela se afirma a este respeito (n. 74):

*«Os indivíduos, as famílias e os diferentes grupos que constituem a sociedade civil, têm consciência da própria insuficiência para realizar*

---

<sup>4</sup> Afirma, a propósito da crise demográfica, Bento XVI na encíclica *Caritas in Veritate* (n. 44): «Deste modo, torna-se uma necessidade social, e mesmo económica, continuar a propor às novas gerações a beleza da família e do matrimónio, a correspondência de tais instituições às exigências mais profundas do coração e da dignidade da pessoa. Nesta perspectiva, os Estados são chamados a instaurar políticas que promovam a centralidade e a integridade da família, fundada no matrimónio entre um homem e uma mulher, célula primária e vital da sociedade, preocupando-se também com os seus problemas económicos e fiscais, no respeito da sua natureza relacional».

*uma vida plenamente humana e percebem a necessidade duma comunidade mais ampla, no seio da qual todos conjuguem diariamente as próprias forças para cada vez melhor promoverem o bem comum. E por esta razão constituem, segundo diversas formas, a comunidade política. A comunidade política existe, portanto, em vista do bem comum; nele encontra a sua completa justificação e significado e dele deriva o seu direito natural e próprio. Quanto ao bem comum, ele compreende o conjunto das condições de vida social que permitem aos indivíduos, famílias e associações alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição.»*

O princípio do bem comum serve de antídoto à crise de participação política que se traduz em níveis crescentes de abstenção em eleições. Quanto maior for a consciência da importância do bem comum, menor será a tentação de fechamento num círculo individual e de demissão ou indiferença perante os destinos da comunidade, tentação que muitas vezes (nem sempre, é certo) está por detrás da abstenção.

Deverá ser o critério do bem comum a orientar as escolhas políticas de cada pessoa. Não, portanto, o interesse individual ou de grupo. Deverei votar em que dá mais garantias de servir o bem comum, não necessariamente em quem me assegure mais benefícios pessoais, ou assegure mais benefícios para a minha categoria profissional.

O bem comum é, pois, o bem de todos e de cada um. Não é a soma de bens individuais, mas também não é o bem de um todo que se sobrepõe às partes (porque cada parte, cada pessoa, tem um valor por si mesma, é um “todo” por si mesma). Não é, por isso, o bem do “maior número” numa perspectiva utilitarista, o bem de uma maioria que sacrifica bens fundamentais da minoria.

A democracia, que supõe o respeito pela regra da maioria, não pode assentar no domínio absoluto da maioria (como o comprova a experiência das chamadas *primaveras árabes*, que em muitos casos tornaram mais difíceis as condições das minorias cristãs, cujos direitos eram relativamente respeitados por anteriores ditaduras). Se num país a classe média constitui a maioria da população e os pobres são minoria e não têm peso eleitoral para decidir as eleições, o bem comum exige que os direitos destes não sejam esquecidos ou menosprezados. Porque o bem comum não é o bem da maioria, é o bem de todos e de cada um.

Ainda a respeito do bem comum, será de realçar o que afirma a *Gaudium et Spes* sobre o amor da Pátria e o bem comum universal (n. 75):

*«Os cidadãos cultivem com magnanimidade e lealdade o amor da pátria, mas sem estreiteza de espírito, de maneira que, ao mesmo tempo,*



*tenham sempre presente o bem de toda a família humana, que resulta das várias ligações entre as raças, povos e nações.»*

É, pois, saudável o amor da pátria, mas não o “nacionalismo de exclusão”, que se opõe à fraternidade universal e vê com hostilidade refugiados e imigrantes.

Com o princípio do bem comum está estreitamente ligado o princípio da solidariedade.

Sobre a solidariedade, afirma o São João Paulo II na encíclica *Sollicitudo rei socialis* (n. 38):

*«A solidariedade é também uma verdadeira e própria virtude moral, não um sentimento de compaixão vaga ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas próximas ou distantes. Pelo contrário, é a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos».*

## **O destino universal dos bens e a propriedade privada**

A propósito de princípio de bem comum, o *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* (nºs 171 a 176) aborda um outro princípio, com ele (e também com o princípio da solidariedade) estreitamente ligado: o princípio do destino universal dos bens. E aborda a relação deste princípio com o da propriedade privada.

A raiz do destino universal dos bens reside na vontade de Deus-Criador: Deus destinou os bens que criou a todos os seres humanos, sem excluir ninguém.

Há, assim, um direito ao uso universal dos bens; toda a pessoa deve usufruir dos bens necessários ao seu pleno desenvolvimento. Trata-se de um direito natural, inscrito na natureza humana, e não de um direito somente positivo, ligado à contingência histórica.

Destino e uso universal não significam que tudo esteja à disposição de cada um ou de todos, e nem mesmo que a mesma coisa sirva ou pertença a cada um ou a todos. Se é verdade que todos nascem com o direito ao uso dos bens, é igualmente verdadeiro que, para assegurar o seu exercício equitativo e ordenado, é necessário um ordenamento jurídico que determine e especifique tal exercício.

O destino universal dos bens deve articular-se com o direito à propriedade privada. Este é uma garantia da autonomia pessoal e familiar, um prolongamento da liberdade humana e uma condição das liberdades civis.

Estimula a responsabilidade, a criatividade e a laboriosidade. Todos devem ser, nalguma medida, proprietários.

Mas entre o destino universal dos bens e a propriedade privada, é o primeiro desses princípios que deve prevalecer. A propriedade tem uma função social (ou uma “hipoteca social”). Deve facilitar, e não dificultar, o destino universal dos bens.

Mas como é que, concretamente, se articulam estes dois princípios? Como é que a propriedade privada pode facilitar o destino universal dos bens e em que circunstâncias o contraria?

Se a propriedade privada serve para o seu titular constituir uma família e sustentá-la, ajudar pessoas desfavorecidas e instituições de solidariedade social, está, inegavelmente, a contribuir para o destino universal dos bens. E assim também se serve para investir e criar novos postos de trabalho; esta pode ser, aliás, uma forma de viver a parábola evangélica dos talentos.

Articular os princípios da propriedade privada e do destino universal dos bens é o objetivo do projeto de “economia de comunhão”: um projeto surgido no âmbito do Movimentos dos Focolares, em que empresas se propõem, livremente, destinar os seus lucros à inclusão social dos pobres, à formação de pessoas na cultura da doação e da partilha e ao crescimento da própria empresa. E assim também as várias expressões da chamada “economia social”.

A propriedade privada, pelo contrário, contraria o destino universal dos bens se serve para simples especulação ou acumulação do supérfluo, ou em situações de inutilização de casas ou terrenos.

O sistema fiscal pode ter como objetivo, entre outros, precisamente, a articulação entre a propriedade privada e o destino universal dos bens, contribuindo para a redistribuição da riqueza e a atenuação das desigualdades. A ação concertada das comissões justiça e paz europeias do ano passado pretendeu chamar a atenção para o papel de uma tributação justa na correção de desigualdades crescentes<sup>5</sup>. O que se vem verificando é que,

---

<sup>5</sup> Um estudo da organização *Oxfam International*, publicado em janeiro de 2015, intitulado *Working for the few*, revela que, no plano mundial, os 10% mais ricos detêm 84% da riqueza e os 70% mais pobres detêm apenas 3%. Sete em cada dez pessoas habitam países onde as desigualdades se acentuaram nos últimos trinta anos. Portugal situa-se entre os países de “desigualdade média”, em que os 10% mais ricos detêm mais de 50% da riqueza.

Salienta esse estudo que alguma desigualdade pode ser reflexo da compensação do esforço e do mérito, mas os níveis de desigualdade hoje prevalentes vão muito para além disso.

em grande medida graças aos chamados “paraísos fiscais”, acabam por ser os mais ricos que menos pagam – contra estas injustiças reagiram as comissões justiça e paz europeias nessa ação concertada.

A consciência do papel do sistema fiscal na prossecução do bem comum e do destino universal dos bens levaria a encarar de uma forma mais positiva o dever de pagar impostos, ainda visto com relutância por muitos cidadãos portugueses (*morrer e pagar impostos, quanto mais tarde melhor - ouve-se dizer...*).

### O princípio da subsidiariedade

Outro princípio fundamental da doutrina social da Igreja é o princípio da subsidiariedade. O Catecismo da Igreja Católica a ele se refere nestes termos (n. 186):

*«Com base neste princípio, todas as sociedades de ordem superior devem pôr-se em atitude de ajuda (“subsídium”) – e portanto de apoio, promoção e incremento – em relação às menores. Desse modo os corpos sociais intermédios podem cumprir adequadamente as funções que lhes competem, sem ter que cedê-las injustamente a outros entes sociais de nível superior, pelas quais acabariam por ser absorvidos e substituídos, e por ver-se negar, ao fim e ao cabo, dignidade própria e espaço vital.»*

A *Gaudium et Spes*, por seu turno, alude a este princípio deste modo (n. 75):

---

E traduzem-se não apenas numa desigualdade de resultados, mas numa desigualdade de oportunidades, uma desigualdade à partida, que para muitos impede ou dificulta o acesso à educação e ensino. Entre os fatores que explicam tão forte desigualdade contam-se as distorções do sistema fiscal: evasão, paraísos fiscais, reduzida tributação dos rendimentos de capitais face aos rendimentos do trabalho.

Segundo um outro estudo da mesma organização, mais recente, publicado em janeiro deste ano, intitulado *An Economy for the 99%*, 1% da população mundial detém uma riqueza equivalente aos restantes 99% e oito pessoas detém uma riqueza equivalente à da metade mais pobre de toda a população mundial.

Um outro estudo, publicado em maio de 2015, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (O.C.D.E.), intitulado *In it together – why less inequality benefits all*, revela que os níveis de desigualdade atingem atualmente o máximo dos últimos trinta anos. Na década de 80 do século passado, a proporção entre os recursos dos 10% mais ricos e os 10% mais pobres era de um para sete. Hoje é de um para dez. Numa lista de 33 países, Portugal ocupa o sétimo lugar dos mais desiguais.

«Os governantes tenham o cuidado de não impedir as associações familiares, sociais ou culturais e os corpos ou organismos intermédios, nem os privem da sua atividade legítima e eficaz; pelo contrário, procurem de bom grado promovê-la ordenadamente. Evitem, por isso, os cidadãos quer individual quer associativamente, conceder à autoridade um poder excessivo, nem lhe peçam, de modo inoportuno, demasiadas vantagens e facilidades, de modo a que se diminua a responsabilidade das pessoas, famílias e grupos sociais.»

O princípio da subsidiariedade contraria uma concepção de Estado onnipotente, monopolista e centralizador, que suprime a liberdade, mas também a responsabilidade, das pessoas e dos grupos sociais menores. Mas também não se confunde com a concepção liberal do Estado mínimo. Estado supletivo, ou subsidiário, não é o Estado omissivo ou indiferente, é o Estado que regula as iniciativas da sociedade civil em função do bem comum, as apoia quando o bem comum o exige e supre as suas insuficiências também quando o bem comum o exige. Em suma, não deve dizer-se: “quanto mais Estado, melhor”; mas também não deve dizer-se: “quanto menos Estado, melhor”.

O princípio da subsidiariedade tem sido invocado no direito europeu, a propósito da repartição de competências entre a União e os Estados membros.

Será particularmente oportuno tê-lo presente quando se discutem questões relativas à reforma do Estado Social. Podemos dizer que na raiz do Estado Social está o princípio da solidariedade. O desafio da reforma do Estado Social deve passar não pela desvalorização do princípio da solidariedade que está na sua base, mas pela articulação desse princípio com o da subsidiariedade.

As iniciativas da sociedade (entre elas as da Igreja) no âmbito da solidariedade social são marcadas pela proximidade das situações concretas, pela espontaneidade de quem é movido por ideais (é este o seu “dever ser”). Toda a comunidade ganha com isso, com a genuinidade de uma motivação (a caridade na correta aceção da palavra) que não se impõe ou decreta. Não se trata, pois, apenas de poupar despesas ao Estado.

Sobre esta questão, afirma o Papa emérito Bento XVI, na encíclica *Deus caritas est* (n. 28):

«O amor – caritas – será sempre necessário, mesmo na sociedade mais justa. Não há qualquer ordenamento estatal justo que possa tornar supérfluo o serviço do amor. Quem quer desfazer-se do amor, prepara-se para se desfazer do homem enquanto homem. Sempre haverá sofrimento que necessita de consolação e ajuda. Haverá sempre solidão. Existirão sempre também situações de necessidade material, para as quais é indispensável uma ajuda na linha de um amor concreto ao próximo. Um Estado, que queira prover a tudo e tudo açambarque, torna-se no fim de contas uma instância burocrática, que não pode assegurar o essencial de que o homem sofre – todo o homem – tem necessidade: a amorosa dedicação pessoal. Não precisamos de um Estado que regule e domine tudo, mas de um Estado que generosamente reconheça e apoie, segundo o princípio de subsidiariedade, as iniciativas que nascem das diversas forças sociais e conjugam espontaneidade e proximidade aos homens carecidos de ajuda. A Igreja é uma destas forças vivas: nela pulsa a dinâmica do amor suscitado pelo Espírito de Cristo. Este amor não oferece aos homens apenas uma ajuda material, mas também refrigério e cuidado para a alma – ajuda esta muitas vezes mais necessária que o apoio material. A afirmação de que as estruturas justas tornariam supérfluas as obras de caridade esconde, de facto, uma concepção materialista do homem: o preconceito segundo o qual o homem viveria “só de pão” (Mt 4, 4; cf. Dt 8, 3) – convicção que humilha o homem e ignora precisamente aquilo que é mais especificamente humano.»

Mas da consideração das iniciativas espontâneas da sociedade civil não pode decorrer a desresponsabilização do Estado na área social. A responsabilidade deste, segundo um critério de subsidiariedade, é a de apoiar essas iniciativas da sociedade civil, e também de suprir as suas eventuais omissões (porque essas iniciativas não cobrem todas as necessidades).

Talvez o âmbito onde entre nós menos se respeita o princípio da subsidiariedade seja o do ensino (a recente polémica sobre os contratos de associação revelou isso mesmo). Também aqui o Estado não deveria ter pretensões monopolizadoras e admitir ou apoiar o ensino não estatal apenas onde ele, Estado, não chega. Isso representa a inversão do princípio da subsidiariedade: a supletividade das iniciativas da sociedade civil, e não,

como deveria verificar-se de acordo com tal princípio, a supletividade da iniciativa do Estado. Não se trata apenas de desburocratizar, nem de discutir se o ensino não estatal é, ou não, menos dispendioso ou é, ou não, de melhor qualidade. Trata-se de respeitar a liberdade de escolha dos pais, que, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem (artigo 26º, nº 3), têm a prioridade na escolha do tipo de educação dos filhos (sendo certo que o tipo de educação dos filhos envolve sempre uma multidividência que pode corresponder, ou não aos valores existenciais mais íntimos e preciosos vividos pela pessoa e pela família). Quando o Estado financia escolas não estatais, não está a desviar fundos públicos para fins privados, está a permitir que a liberdade de escolher essas escolas não fique reservada às famílias de maiores recursos.

O princípio da subsidiariedade apela à iniciativa e responsabilidade de cada um de nós, que não espera do Estado, ou de outras instituições de âmbito mais alargado, a resolução de todos os problemas. Na sua esfera, dentro do que está ao seu alcance, ninguém deve demitir-se. Nenhum de nós tem poder para mudar o mundo, mas pode certamente deixá-lo melhor naquilo que depende de si.

## Conclusão

Gostaria de concluir com as palavras do Papa Francisco no prefácio do livro a que acima me referi, o *Docat – Como agir*, um “compêndio” de doutrina social da Igreja dirigido aos jovens, mas muito interessante e útil também para os adultos. Estas palavras são dirigidas aos jovens, mas também poderiam ser dirigidas aos adultos:

« Quando hoje vos convido a conhecer realmente a Doutrina Social da Igreja, não estou a imaginar grupos que se sentam a discutir debaixo de uma árvore. Isso é bom. Fazei isso! Mas o meu sonho é maior: eu espero que um milhão de jovens, mais ainda, que uma geração inteira, seja, para os seus contemporâneos, uma Doutrina Social em movimento. O mundo só mudará quando Homens com Jesus se entregarem por Ele, com Ele forem para as periferias e para o meio da miséria. Ide também para a política e lutai pela justiça e pela dignidade humana, sobretudo

*dos mais pobres. Todos vós sois a Igreja. Trabalhai para que esta Igreja se transforme, para que seja viva, porque se deixa interpelar pelos gritos dos desprovidos de direitos, pelos clamores dos que sofrem todo o tipo de necessidades e daqueles pelos quais ninguém se interessa.*

*Ponde-vos, portanto, vós mesmos em movimento. Se muitos colaborarem nesta ação comum, então as coisas irão melhorar neste mundo e os Homens poderão sentir que o Espírito de Deus age através de vós. E talvez então vós sereis como tochas que tornam mais claro para esta Humanidade o caminho para Deus.»*

**Ponta Delgada, 19 de janeiro de 2017**





## MULTICULTURALISMO – O que é que corre mal? –

*Aires Gameiro*

Numa visita a Toronto dizia-me um amigo: neste país convive uma centena de culturas, é um mosaico de culturas, todas respeitadas, ao lado umas das outras; nos Estados Unidos vive-se o *melting pot* de mistura de culturas na panela, e cada um que se arranje. O multiculturalismo, com algumas variantes, defende como soberana a liberdade de expressão para cada parcelazinha de cultura; cada um tem o direito de viver as particularidades da sua cultura e do que ele defende. Tudo é sagrado mesmo as expressões ofensivas para outros grupos. O multiculturalismo tornou-se a ideologia de cada minoria e mini ou microminoria. Teriam o direito e o poder de exigir por todos os meios o respeito por expressões hostis e violências contra as culturas de maiorias. Seria de norma o respeito por todas as expressões de minigrupos que pretendem impor a sua parcelazinha de cultura, seja ela qual for, e ofenda a quem ofenda. A estatística aplicada a um universo de pessoas, distingue modas, normalidade ou comportamentos e características, que englobam percentagens que se aproximam da grande maioria dos 70-80%, e distingue grupos de fronteira e dos extremos que se diziam anormais por estarem fora da norma ou grande maioria, no sentido estatístico. Os extremos, alertavam alguns, podem ter a ver com o conceito de saúde mental; alguns extremistas podem estar afetados de patologias e podem pôr a sua vida ou a dos outros em risco.

Esta abordagem estatística começou a ser mal vista e atentatória dos direitos e liberdade das minorias, por vezes, estatisticamente insignificantes. A bandeira da teoria ideológica do multiculturalismo impusera-se. Tudo é cultura, tudo deve ser aceite, respeitado e ajudado por igual. Surgiram as militâncias fraturantes de pequenos grupos que até falsificavam estatísticas para parecerem mais; impuseram-se e aumentaram os problemas. As

reivindicações de fragmentos culturais, politicamente corretas, recebiam aprovação das ideologias afins e tudo parecia correr bem desde que se evitassem e castigassem as miniculturofobias.

O problema complicou-se ainda mais quando surgiram comportamentos desviados da mediana e da “normalidade” estatística nas áreas da religiosidade ideológica. Aqui-d’el-rei! Alguns já opinavam que era preciso acabar com todas as religiões como um perigo. Esqueciam-se que estavam a atentar contra a cultura de uma extra grande maioria e que em vez de defender o multiculturalismo, a todo o custo, como antes pareciam defender, o atacavam mesmo nas maiorias dos 80%-90%. Outros insistiam que era preciso distinguir os religiosismos desviados de minigrupos pouco significativos das práticas religiosas equilibradas das grandes maiorias. A ideologia do multiculturalismo sem limites, afinal, revelava-se armadilha perigosa numa sociedade ordenada. Ainda nos lembramos das polémicas infundas das escutas, das câmaras de vigilância, do intrometer-se na vida privada, do acesso a informações de *off shores*, *wikileaks*, etc.

Nestes dias na Inglaterra poucos se preocupam com essas polémicas que, note-se, não respeitam o “multiculturalismo” de minigrupos com comportamentos desviados da “norma”. Fica a questão que a sociedade terá que resolver sobre quais as exceções ao multiculturalismo. Tudo é cultura, mas nem toda a cultura pode ser aceite numa sociedade que só funcionará com ordem hierárquica de valores. Presume-se, então, que sempre haverá alguns comportamentos anti sociais e mesmo patológicos que põem a vida própria e alheia em grande risco. Numa palavra, a sociedade não pode aceitar a ideologia do multiculturalismo sem limites; multiculturalismo rima com terrorismo, (agora do Daesh). Os custos são pesadíssimos em sofrimentos e mortes. Os políticos têm que explicar mais claramente as razões de impor limites a comportamentos desviados, anormais e fraturantes, numa palavra, ao multiculturalismo. Se muita coisa está a correr mal é porque se espalharam ventos e agora vieram tempestades e crueldades. Não há ordem social que resista à cultura de falta de consensos no bem e só espalhe destruição e hostilidade. A voz: “eu estou com vocês, não com eles”, pode ser um gesto de amor.

Funchal, 5 de junho de 2017

## A PALAVRA DO PAPA

### MEDITAÇÃO SOBRE O SOFRIMENTO

As Leituras de hoje falam-nos do Deus da vida, que vence a morte. Analisemos em particular o último dos sinais milagrosos que Jesus realiza antes da sua Páscoa, no sepulcro do seu amigo Lázaro.

Ali tudo parece ter acabado: o túmulo está fechado com uma grande pedra; em volta, unicamente pranto e desespero. Também Jesus está abalado pelo mistério dramático da perda de uma pessoa querida: «Comoveu-se profundamente» e ficou «muito perturbado» (*Jo* 11, 33). Depois «desatou a chorar» (v. 35) e foi ao sepulcro, diz o Evangelho, «mais uma vez profundamente comovido» (v. 38). É assim o coração de Deus: distante do mal mas próximo de quem sofre; não faz desaparecer o mal magicamente, mas compadece-se com o sofrimento, o faz seu e o transforma habitando nele.

Contudo observamos que, no meio da desolação geral pela morte de Lázaro, Jesus não se deixa levar pelo desânimo. Mesmo sofrendo Ele também, pede que se creia firmemente; não se fecha no choro, mas, comovido, põe-se a caminho do sepulcro. Não se deixa capturar pelo ambiente emotivo e resignado que o circunda, mas reza com confiança e diz: «Pai, dou-te graças» (v. 41). Assim, no mistério do sofrimento, face ao qual o pensamento e o progresso colidem como as moscas contra o vidro, Jesus oferece o exemplo de como nos devemos comportar: não evita o sofrimento, que faz parte desta vida, mas também não se deixa aprisionar pelo pessimismo.

Em volta deste sepulcro, acontece portanto um grande *encontro-desencontro*. *Por um lado há a grande desilusão*, a precariedade da nossa vida mortal que, atravessada pela angústia e pela morte, experimenta com frequência a derrota, uma obscuridade interior que parece insuperável. A

nossa alma, criada para a vida, sofre sentindo que a sua sede de bem eterno é oprimida por um mal antigo e obscuro. Por um lado há esta derrota do sepulcro. Mas *por outro há a esperança* que vence a morte e o mal e tem um nome: a esperança chama-se Jesus. Ele não leva um pouco de bem-estar ou algum remédio para prolongar a vida, mas proclama: «*Eu sou a ressurreição e a vida; quem crê em mim, ainda que esteja morto, viverá*» (v. 25). Por isso diz decididamente: «*Tirai a pedra!*» (v. 39) e clamou a Lázaro com grande voz: «*Sai!*» (v. 43).

Amados irmãos e irmãs, também nós somos convidados a decidir de que parte estar. Podemos estar *do lado do sepulcro* ou *do lado de Jesus*. Há quem se deixa dominar pela tristeza e quem se abre à esperança. Há quem permanece vítima dos destroços da vida e quem, como vós, com a ajuda de Deus, remove os destroços e reconstrói com esperança paciente.

Face aos grandes «porquês» da vida temos dois percursos: ficar a olhar melancolicamente para os sepulcros de ontem e de hoje, ou deixar que Jesus se aproxime dos nossos sepulcros. Sim, porque cada um de nós já tem um pequeno sepulcro, alguma parte um pouco morta dentro do coração: uma ferida, uma injustiça suportada ou cometida, um rancor que não dá trégua, um remorso que vai e volta, um pecado que não se consegue superar. Encontremos hoje estes nossos pequenos sepulcros que temos dentro e convidemos *para ali* Jesus. É estranho, mas muitas vezes preferimos estar sozinhos nas grutas escuras que temos dentro, em vez de convidar para lá Jesus; somos tentados a procurar sempre a nós próprios, cismando e caindo na angústia, lambendo as nossas chagas, em vez de ir ter com Ele, que diz: «*Vinde a mim, todos vós que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei*» (Mt 11, 28). Não nos deixemos aprisionar pela tentação de permanecer sozinhos e sem confiança a chorar pelo que nos acontece; não cedamos à lógica inútil e inconcludente do medo, a repetir resignados que tudo corre mal e nada é como outrora. Esta é *a atmosfera do sepulcro*; ao contrário, o Senhor deseja abrir o caminho da vida, do encontro com Ele, da confiança n'Ele, da *ressurreição* do coração, o caminho do «*Levanta-te! Levanta-te, sai!*». Eis o que nos pede o Senhor, e Ele está ao nosso lado para o fazer.

Sentimos então dirigidas a cada um de nós as palavras de Jesus a Lázaro: «*Sai!*»; sai do engarrafamento da tristeza sem esperança; desata as ligaduras do medo que impedem o caminho; aos laços das debilidades e das

preocupações que te bloqueiam, repete que Deus desfaz os nós. Seguindo Jesus aprendamos a não atar as nossas vidas em volta dos problemas que se emaranham: haverá sempre problemas, sempre, e quando resolvemos um, imediatamente chega outro. Mas podemos encontrar *uma nova estabilidade*, e esta estabilidade é precisamente Jesus, esta estabilidade chama-se Jesus, que é a ressurreição e a vida: com ele a glória habita o coração, a esperança renasce, o sofrimento transforma-se em paz, o temor em confiança, a provação em oferenda de amor. E mesmo se os pesos não faltarão, haverá sempre a sua mão que alivia, a sua Palavra que encoraja e diz a todos nós, a cada um de nós: «Sai! Vem a mim!». Diz a todos nós: «Não tenhais medo».

Também a nós, hoje como naquela época, Jesus diz: «Tirai a pedra!». Por muito pesado que seja o passado, grande o pecado, muita a vergonha, nunca fechemos a entrada ao Senhor. Tiremos diante dele aquela pedra que impede que Ele entre: este é o tempo favorável para remover os nossos pecados, o nosso apego às vaidades mundanas, o orgulho que nos bloqueia a alma, tantas inimizades entre nós, nas famílias... Este é o momento favorável para remover todas estas coisas.

Visitados e libertados por Jesus, peçamos a graça de ser *testemunhas de vida* neste mundo que dela está sedento, testemunhas que suscitem e ressuscitem a esperança de Deus nos corações cansados e oprimidos pela tristeza. O nosso anúncio é a alegria do Senhor vivo, que ainda hoje diz, como a Ezequiel: «Eis que eu abrirei os vossos sepulcros, e vos farei sair das vossas sepulturas, ó meu povo» (*Ez 37, 12*).

Visita Pastoral do Papa Francisco a CARPI e MIRANDOLA  
**HOMILIA** do **SANTO PADRE** em **CARPI** – *V Domingo de Quaresma,*  
*2 de Abril de 2017*



**PARA PENSAR****O QUE SALVA**

O que salva não é o saber do teólogo !

O que salva não é a palavra do sacerdote!

O que salva não é o conhecimento do filósofo!

O que salva não é a promessa ou a obra do político!

O que salva não é o conselho do economista!

O que salva não é a descoberta do cientista!

O que salva não é a decisão do gestor!

O que salva não é a análise do sociólogo!

O que salva não é o trabalho do médico!

O que verdadeiramente salva é a experiência profunda e gratificante de ser amado pelo nosso Deus Trindade!

Amen.

*Porto, 6 de Junho de 2015*

***Carlos Alberto da Rocha***





## CARTA DO PRESIDENTE

No passado dia 27 de Maio de 2017, em Fátima, foi eleita, em conselho nacional, a nova direção. Escrevo o presente texto, cumprindo a tradição de enviar uma mensagem a todos os membros da nossa Associação.

Todos os períodos da história do Homem e da Igreja têm os seus problemas e crises. Vivemos atualmente numa sociedade de consumo que valoriza o temporário: tudo tem um valor transitório, não existindo escolhas definitivas. Podemos assim compreender a enorme crise vivida na família, traduzida pelo elevado número de casamentos que se desfazem e pela enorme taxa de divórcios observada entre nós nos últimos anos. A desvalorização da sacralidade da vida humana, designadamente através da discussão da possibilidade de legalização da eutanásia no nosso país, é outro sinal preocupante que existe atualmente na nossa sociedade.

O crescimento da dimensão ateizante da cultura contemporânea e o desaparecimento de Deus na nossa sociedade obriga a uma nova evangelização. Como afirmou o Papa Emérito Bento XVI, “Vivemos um ditadura do relativismo, que não reconhece coisa alguma como definitiva, e propõe como medida última o próprio eu e os seus caprichos”<sup>1</sup>.

No tempo atual, é um desafio para qualquer cristão dar testemunho do amor eterno de Deus, acolhendo a transformação que esse amor conduz nas nossas vidas, inclusive na vida profissional. Os médicos têm uma posição privilegiada, já que acolhem, aliviam e tratam o sofrimento humano. A relação que se estabelece com o “outro fragilizado” é uma oportunidade

---

<sup>1</sup> Bento XVI (Cardeal Ratzinger), Homilia proferida durante a *Missa pro eligendo Romano pontífice*, celebrada 18 de Abril de 2005.

para testemunharmos a nossa Fé, transmitindo esperança e conforto a todos aqueles que nos pedem auxílio.

A oportunidade de fazer o bem, e de colocar em prática o Evangelho, é renovada não apenas em cada ato médico, mas também em cada palavra, em cada olhar, em cada silêncio cúmplice de entrega que se estabelece com os nossos doentes. Pese embora este seja um esforço individual, a possibilidade de sentirmos que pertencemos à Igreja, e que estamos juntos nesta Associação, dá-nos uma nova força e esperança. Deste modo, estamos apenas a cumprir e a atualizar aquilo que foi feito pelos primeiros cristãos, quando se juntavam para rezar, celebrar a eucaristia, partindo de seguida, mais fortalecidos, para o mundo anunciar a Boa Nova. Afinal, foi o que aconteceu no passado dia 27 em Fátima, na peregrinação do mundo da saúde. Espero que esses momentos de união e de oração se repitam com frequência nos próximos tempos, quer a nível dos núcleos diocesanos quer ao nível da direção nacional.

Gostaria de expressar uma palavra de agradecimento pelo ótimo trabalho desenvolvido pela última direção nacional, presidida pelo Dr. Carlos Martins da Rocha. Em nome da atual direção nacional, peço a ajuda de todos para sermos fiéis à nossa missão e crescermos juntos na Fé; esperando que essa Fé, que nos une, possa dar muitos frutos nos próximos anos.

*Pedro Afonso*

## DESPEDIDA

### **Aos Associados da AMCP**

Caríssimas ( os) amigas(os)

No passado dia 27 de Maio em Fátima, em reunião do conselho nacional da nossa Associação , passei o testemunho de presidente da AMCP ao nosso colega Pedro Afonso, médico psiquiatra em Lisboa.

Fi-lo de consciência tranquila, pois creio que servi a nossa Associação o melhor que soube e pude e, por isso, deixo a presidência consciente do dever cumprido.

E fi-lo agradecido.

Agradecido, em primeiro lugar, ao nosso Deus Uno e Trino a que nós médicos católicos nos consagramos durante este mandato e Àquela que é Filha, Mãe e Esposa de Deus e que nos protege no Seu Imaculado Coração!

Agradecido aos Bispos Portugueses e, em especial , a D. Manuel Clemente e a D. António Francisco dos Santos, pelo apoio que deles sempre recebi.

Agradecido aos antigos presidentes da AMCP que sempre me apoiaram e, de um modo particular, aos meus amigos Profs Walter Osswald e Laureano dos Santos, ambos com uma disponibilidade inexcedível para o serviço à AMCP.

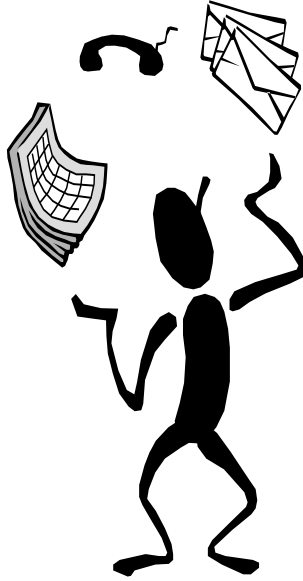
Agradecido a todos os sócios, em especial aos que colaboraram e participaram nas actividades da direcção cessante, aos que mantiveram viva a AMCP nas suas dioceses e aos que criaram novos núcleos durante o meu mandato.

Agradecido, por fim, a todos os meus colegas de direcção, excepcionais no seu empenho entusiasmado na vida da Associação e com quem constituí um grupo unido, coeso e amigo.

Termino as minhas funções com a convicção que deixo a presidência no momento certo e que a entrego a alguém que liderará uma direcção em quem confio plenamente e para a qual peço a oração de todos nós.

Porto, 5 de Junho de 2017

***Carlos Alberto da Rocha***



# NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS



## DEFINIÇÃO DE MATRIMÓNIO

A iniciativa popular europeia *Mum, Dad & Kids* (Papá, Mamã e Filhos) conseguiu reunir um milhão de assinaturas, segundo afirmam os seus organizadores. Assim, um milhão de europeus pedem que a definição de casamento e de família seja incluída no Direito Primário da União Europeia e nos seus Tratados.

Foi a primeira vez que as organizações pro-família se organizaram em escala internacional na União Europeia, sublinhou a *Agenda Europe*.

O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, numa sentença dada em Novembro de 2016, estabeleceu que definir o casamento como união entre um homem e uma mulher não era discriminação e ainda que nenhum estado membro da União está obrigado a redefinir a instituição do matrimónio para se adaptar à realidade das uniões de pares do mesmo sexo.

A Iniciativa de Cidadãos Europeus – ECI nas siglas em língua inglesa – é um mecanismo de participação previsto no Tratado da União e equivalente às iniciativas legislativas populares, ou seja, ao direito de petição nos sistemas democráticos.

A Comissão Europeia, que tem sido abertamente hostil à iniciativa *Mum, Dad & Kids*, e que, de acordo com os organizadores, tem levantado toda a espécie de obstáculos, terá agora de tomar uma atitude clara – ou a aceita ou a recusa mas com fundamentos. Tudo aponta para uma recusa sem explicações razoáveis, tal com fez com a iniciativa pro-vida *One of Us* (Um de Nós).

Apesar de tudo, ficará bem vincada uma realidade que nem o poderoso Colégio de Comissários poderá suster – o nascimento e afirmação de uma corrente cada vez mais forte de cidadãos europeus a favor da Família e do direito à vida. Se a União Europeia quiere ser, verdadeiramente, o reflexo

dos valores democráticos e dos direitos humanos, terá que começar a contar com estes europeus em vez de os tratar como cidadãos de segunda classe.

## SEXO LIVRE NA CATALUNHA

Dois Hospitais da Catalunha, o Hospital Clínico e o Vall d’Hebron, começaram a estudar o impacto na saúde de um comportamento chamado *chemsex* – sexo químico.

O jornal diário espanhol *El País* conta que estes dois hospitais se encontram em situação de “alerta” em face do aumento súbito do número de casos de doenças sexualmente transmissíveis (DST) associado ao aumento do consumo de drogas. O *chemsex* consiste na prática sexual durante dias seguidos, em geral em grupo, consumindo ao mesmo tempo diferentes tipos de drogas.

Os especialistas já alertaram para os graves riscos deste tipo de comportamento, refere *El País*. O mesmo diário informa que esta prática é mais frequente entre grupos de homens que praticam os actos sexuais com homens.

As estatísticas de DST na Catalunha estão há anos sem controlo. De acordo com o Sistema de Vigilância Epidemiológica da Generalitat, com dados actualizados até 2015, aumentaram todas as infecções declaradas, em parte porque melhorou a sua detecção e registo, e em parte por alterações no comportamento sexual, que facilitam a transmissão das doenças.

Isto que é um facto na Catalunha é igualmente verdade no resto de Espanha: os casos de sífilis na Catalunha multiplicaram-se em poucos anos. A gonorreia passou de 5 a 6 casos por cada 100.000 habitantes, para 25 casos. Surgiram ainda doenças quase desconhecidas, como o linfogranuloma venéreo. Os contágios em VIH têm descido em todos os grupos excepto entre os homens que têm relações com outros homens.

Os médicos têm deixado as campanhas de informação e prevenção nas mãos de organizações não estatais. O resultado é fugirem de todas as palavras que possam ser consideradas “moralistas”. Como exemplo, uma delas chamada *Barcelona Checkpoint*, começa logo por chamar a atenção para as atitudes moralistas. “*Hay que ayudar, no juzgar*” repete a torto e a direito. Como regra não moralista, estimulam os jovens a praticarem o



“sexo seguro”, hipersexualizam as crianças desde a primária, prometem um prazer sem responsabilidade, ridicularizam a fidelidade ou o compromisso e que não há limites para nada. Trata-se de uma verdadeira e estrita “moral da imoralidade”.

A ninguém passa pela cabeça organizar um Plano Nacional de Prevenção da Dependência de Drogas “amoral” – sempre sem colocar o dilema de ser responsável ou não, porque qualquer consumo, mesmo mínimo, é uma prática de risco.

Como também ninguém fará uma campanha de prevenção do tabagismo, estimulando os fumadores a fumarem de forma mais segura, isto é, com filtro! Seria assim: «Fuma à vontade mas... com filtro!».

Em contraste, a chamada política progressista há anos que prescreve na televisão e nas escolas, com insistência, o acto sexual desde muito cedo como forma normal de relação... mas com preservativo, o tal “sexo seguro”, assim como seria o uso de tabaco com o uso “seguro”, ou da droga em consumo “seguro”. «*Diverte-te à vontade... mas com preservativo*» era o estímulo progressista de grandes “outdoors” afixados um pouco por todo o País. Esta é a “pedagogia” do preservativo a que chamam *educação sexual*. E começa cedo, muito cedo, antes que outros credos possam influenciar e perturbar a *formatação sexual das crianças*. Os resultados sanitários estão à vista – não apenas físicos, mas também psíquicos e comportamentais.

(parcialmente in «Actual, 06/06/2017»)

## **NOVA DIRECÇÃO DA AMCP**

No dia 27 de Maio passado foi eleita a nova Direcção Nacional da Associação dos Médicos Católicos Portugueses, em reunião do Conselho Nacional reunido em Fátima. A direcção ficou assim constituída:

**Presidente – Pedro Afonso**

**Vice-Presidente – José Diogo Martins**

**Secretário – Luis Mascarenhas**

**Tesoureiro – Catarina Callé Mendes**

**Vogais – Margarida Neto  
João Paulo Malta  
Teresa Souto Moura**

**Assistente – P. Miguel Cabral**

A Direcção de «Acção Médica» saúda com amizade a nova Direcção invocando as bênçãos de Deus para o trabalho que vão iniciar.

## **NOVO NÚCLEO DA AMCP – SANTARÉM**

Nasceu em Santarém um novo núcleo da nossa Associação. A Direcção, já confirmada, ficou com a constituição seguinte, a quem desejamos os maiores êxitos:

Presidente – Eva Marona Castro Palha

Vice-Presidente – João Pedro Soares Ferreira

Secretária – Sónia Alexandra Marques Cardoso

Tesoureira – Ana Elizett Almeida Rocha

Vogais – José Francisco Santos Lino  
Miguel Filipe Brites Moita

Assistente Espiritual – Pe. Cláudio Jorge Nunes Rodrigues

## «ACÇÃO MÉDICA» HÁ 50 ANOS

José de Paiva Boléo abre as páginas da nossa revista com um editorial sobre Fátima e os médicos católicos, a propósito da visita de Paulo VI ao santuário mariano. Começa por lembrar (facto provavelmente desconhecido da maioria dos nossos associados) que foi na sequência de um retiro organizado em 1930 por alguns, poucos, médicos católicos em Fátima, que se resolveu reavivar a Associação dos Médicos Católicos Portugueses, fundada em 1915 mas entretanto “adormecida” (sic). Com o apoio do Cardeal Cerejeira refundou-se a AMCP, sendo seu primeiro Director o Professor Melo Breyner. Em 1936, surgia o primeiro número da nossa revista, hoje a revista médica nacional com vida mais longa. Lembra o Dr. Paiva Boléo a consagração dos médicos ao Imaculado Coração de Maria, que teve lugar em Fátima, na conclusão do III Congresso Internacional dos Médicos Católicos (Lisboa, 1947). Acrescenta a presença activa dos médicos da AMCP na assistência médica prestada aos peregrinos e isto desde a fundação do modesto Posto Clínico de Fátima. Colaboração que continua hoje em dia e foi reforçada durante as visitas papais, tal como notável é o facto de o 6º Congresso da Federação Europeia dos Médicos Católicos (FEAMC), um dos mais notáveis e concorridos, se ter realizado em Fátima (1984).

As “Razões porque S.S. Paulo VI veio a Fátima” constituem um apanhado das razões invocadas, em diversas ocasiões, pelo próprio Papa. (resposta a convite insistente dos Bispos portugueses, desejo de peregrinar, oração pela paz). Como é sabido, a visita papal não foi bem acolhida pelo regime de então, dado que Paulo VI reconhecia a legitimidade das pretensões dos povos africanos à independência e recebera, em audiência privada, os chefes dos movimentos independentistas das colónias (ou Ultramar, na versão oficial) que o nosso governo considerava serem meros terroristas. Segue-se um resumo de uma comunicação de Paulo VI ao IX Congresso Italiano de Fonética, Foniatria e Audiologia, sem interesse especial; e um trabalho de Paiva Boléo-Tomé, actual director da nossa revista, acerca de “medicina e vida sexual”. Poderia pensar-se que se trata de texto obsoleto, datado em excesso, conservador em excesso; mas não, a justeza das análises, o equilíbrio das propostas e a abertura de espírito manifestada concedem actualidade às considerações então exaradas. De facto, dizer que

falar de sexualidade só faz sentido se se falar de amor, e que referir-se o corpo e o prazer exige a menção do espírito e da dádiva, é de toda a actualidade, como actual continua a ser a observação de que “ a alegria completa da união carnal é um factor base da união de toda a vida conjugal” e que a falta de harmonia sexual está na base de muitas desavenças conjugais.

“Um abrantino ilustre – Manuel Constâncio, o “ pai da anatomia” em Portugal é o título de um extenso estudo de A. De Sousa Oliveira (médico radiologista do Porto) sobre esta figura inovadora e prestigiada da medicina setecentista.

António Acácio Nunes da Silva é o autor de um interessante ensaio sobre “ O espírito e a forma na arquitectura religiosa”, com especial destaque para a arte românica portuguesa, exemplificada nas monumentais Sés de Coimbra, Porto e Lisboa, na abacial de Alcobça e em S. João de Alporão (Santarém).

Uma carta do observador da Santa Sé junto na OMS em Genebra, instando a que se não tirem conclusões precipitadas acerca da posição da Igreja Católica em matéria de planeamento familiar e um breve dossier sobre uma Semana de Estudo para Superiores e Casas de Assistência a Idosos, organizada pela Federação dos Institutos Religiosos Femininos bem mereciam mais detida análise, pelo seu interesse e significado. Não sendo possível maior destaque, aqui fica menção e a chamada de atenção.

*Walter Osswald*

## ACÇÃO MÉDICA

ANO LXXX, Nº 2, Junho 2017

### RESUMOS

- ABERTURA:** Alexandre Laureano Santos ..... 5  
 Nas últimas semanas ocorreram no nosso país uma sucessão de trágicos acontecimentos com perdas de muitas vidas humanas em condições particularmente dolorosas e uma destruição maciça de bens fundamentais à vida. Seguramente nos próximos tempos irão coincidir as circunstâncias da natureza e os desconcertos dos homens que contribuíram para estes trágicos acontecimentos. É preciso mobilizar o engenho e as capacidades para evitar as tragédias que são previsíveis e evitáveis. As palavras do Papa Francisco incitam-nos “...*não nos deixemos aprisionar pela tentação de permanecer passivos, sozinhos e sem confiança apesar da imensa amargura pelo que nos acontece*”.
- Bioética versus antropologia:** Bernard Ars ..... 7  
 O mundo actual não está em crise – está em mutação. Mas, para participar positivamente nesta mutação é necessário libertarmo-nos do imperialismo do presente que anula o passado e esconde ou nega o futuro. As sociedades contemporâneas não passam de fábricas de actores, em que as tecnologias se sobrepõem em todos os momentos da vida humana. Não há limites. É a altura de reconhecer que esta falta de sentido último impõe a necessidade absoluta da Ética.
- A relação humana:** J. Boléo-Tomé ..... 13  
 É na relação que o ser humano se realiza marcando o seu lugar na História. Assim, é útil e mesmo necessário conhecer e estudar esta relação nas duas perspectivas que a definem – a Ciência e a Ética. As sociedades humanas são o que forem os seus membros: os comportamentos, as ideologias, a própria maneira de estar definem o conjunto de relações humanas num dado momento e circunstância. Por isso serão abordados sucessivamente, em duas partes iniciais, o significado e conteúdo da ciência e da ética, as palavras e os actos na vida de relação e a sua perspectiva socio-política.
- A doutrina social da Igreja:** Pedro Vaz Patto ..... 49  
 A doutrina social da Igreja não é um conjunto de receitas e muito menos um programa de governo. Assenta em princípios a partir dos quais podem surgir propostas concretas. São eles: o *princípio da centralidade da pessoa humana* – o ser humano é o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais; o *princípio do bem comum* e o *princípio da solidariedade*, formando a comunidade política responsável e saudável; o *princípio da subsidiariedade* – todas as sociedades devem colocar-se em posição de ajuda. Seguindo estes princípios os grupos humanos deveriam transformar-se numa autêntica Doutrina Social em movimento.





<b>Multiculturalism:</b> Aires Gameiro .....	65
Multiculturalism defends as sovereign the freedom of expression for each little part of culture; this is the ideology of every minority or micro-minority. Statistics, which uses numbers and percentages, became frowned upon and threatening of the rights and freedoms of minorities. In this way, small militant groups appeared, able to do anything to impose their ‘microculture’, even succeeding in changing legislation in their favour. Thus appeared, for example, the campaign, which continues, to end ‘religiousness’ (meaning ‘Christianity’), exposed or not. This means the destruction of any social order, forcing entire peoples to adopt or accept behaviours quite different from their entire cultural tradition. Society cannot accept the ideology of multiculturalism without limits.	
THE WORD OF THE POPE .....	67
In a homily in Carpi, about the figure of Lazarus, Pope Francis makes a meditation on suffering.	
TO THINK: ‘ <b>What saves</b> ’ - Carlos A. Rocha .....	71
Thoughts to keep	
LETTER FROM THE PRESIDENT .....	73
Letter of greeting from the new President of the A.M.C.P., Pedro Afonso, addressed to the members	
FAREWELL.....	75
Farewell message from the outgoing President, Carlos Alberto Rocha	
NEWS AND COMMENTS .....	77
• <b>Definition of Marriage</b> (account of the European Citizens’ Initiative known as ‘Mum, Dad & Kids’); • <b>Free sex in Catalonia</b> (news about the health alarm caused by the spread and practice of <i>Chemsex</i> ); • <b>New National Directorate of AMCP</b> ; • <b>New centre of the Association in Santarém</b> ; • ‘ <b>Acção Médica</b> ’ 50 years ago – Walter Osswald.	
ABSTRACTS .....	87



## NOVOS ASSOCIADOS

Foram admitidos como novos associados:

- Dr. Carlos Eugénio dos Santos Sarmento | Angra
- Dr. João Paulo Azenha Pina | Angra
- Dr. Luis Mendes Cabral | Angra
- Dra. Maria de Castro Horta Lopes | Angra
- Dra. Maria Luísa da Graça Teixeira de Almeida Gomes | Angra
- Dra. Paula Cristina Costa Gonçalves | Angra
- Dra. Rute Margarida de Sousa Garcia do Couto | Angra
- Dra. Ana Margarida Viola Sotero | Beja
- Dr. António Calisto Tavares Vieira | Guarda
- Dra. Lucinda de Jesus Mendes Félix Vieira | Guarda
- Dr. António Maria Melo Ribeiro da Veiga Teixeira | Lisboa
- Dra . Catarina Callé Lucas Mendes | Lisboa
- Dra . Joana Filipa da Silva Oliveira | Lisboa
- Dr. José Diogo Ramalho Ortigão Ferreira Martins | Lisboa
- Dra Maria Catarina Pimenta Pizarro Magalhães Damásio dos Reis | Lisboa
- Dra. Maria de Lurdes Gonçalves Castro | Lisboa
- Dra. Maria Teresa Siqueira de Carvalho Souto Moura Cunha Ferreira | Lisboa
- Dra. Sílvia Sofia Dinis Cardoso Marques Afonso | Lisboa
- Dr. José António Segurado Seoane | Portalegre – Castelo Branco
- Dra. Helena Nunes Alves da Silva | Porto
- Dra. Inês Cardoso dos Santos Pinto de Sousa | Porto\*
- Dra. Maria da Luz de Novaes Pimenta Teixeira de Carvalho Perry Vidal | Porto
- Dra. Ana Elizett Almeida Rocha | Santarém
- Dr. José Francisco Bastos Ventura dos Santos Lino | Santarém
- Dr. Miguel Filipe Martins Brites Moita | Santarém
- Dra. Sónia Alexandra Marques Cardoso | Santarém
- Dr. Raimundo Manuel Sanches Teixeira | Vila Real\*

\* - Sócio Estudante

**SÓCIOS FALECIDOS**

Tomamos conhecimento dos falecimentos dos nossos Associados:

- Dr. António de Araújo Pereira Pinto | Porto



